

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

KARLA CARDOSO SANTOS  
PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA PROFETA

ALUNO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

SÃO MATEUS - ES

2018

KARLA CARDOSO SANTOS  
PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA PROFETA

ALUNO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física. Orientador: Prof. Me. Doutorando José Roberto Gonçalves de Abreu

SÃO MATEUS - ES

2018

KARLA CARDOSO SANTOS  
PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA PROFETA

ALUNO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em 00 de julho de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF. Me. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE ABREU**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**PROF. DANIEL JUNIOR DA SILVA**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ (FVC)**

---

**ESPECIALISTA ODIRLEY RIGOTI**  
**FISIOTERAPEUTA**

Dedicamos esse trabalho aos nossos pais e a todos aqueles que participaram direta e indiretamente conosco.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus, aos nossos pais, principais responsáveis pela nossa caminhada acadêmica. Obrigado por infundir em nós a consciência da necessidade de uma educação para além da escola, para além da universidade. Ao nosso orientador, José Roberto Gonçalves de Abreu, Marli Quinquim e o Professor Daniel Junior por nos apoiar e incentivar nessa jornada. Obrigado pela dedicação e paciência. E principalmente, por acreditar que era possível.

Agradecer ao corpo docente da escola “Conhecer” a qual nos proporcionou essa vivência das observações das aulas com o aluno “Gabriel”, com o intuito de perceber as dificuldades e possibilidades na melhoria desse aluno.

Agradeço a Zélia Cardoso, Cida Cardoso, Jaqueline Paris e meus amigos (as) por todo apoio e amor envolvido, por acreditarem no meu sonho e ser base da minha eterna construção, que é vida. Amo vocês. Lembrar de agradecer aos amigos de turma e aos de fora que nos ajudaram e fizeram parte de alguma forma.

Aos meus pais que sempre me ajudaram ao decorrer da graduação, me incentivaram, e também a alguns tios e amigos que incentivaram e de alguma forma puderam contribuir. Agradecer também aos colegas de classe e todos professores por orientar e passar os conhecimentos.

Obrigado a todos.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...] Declaração de Salamanca (1994, p.3).

## RESUMO

Este trabalho trata de um tema que vem sendo muito discutido no mundo, o Autismo. Considerado um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento e que afeta áreas como: social, comportamental e comunicativa. Este trabalho tem como objetivo investigar como são desenvolvidas as práticas inclusivas nas aulas de Educação Física, com a presença de um aluno autista, verificar facilidades e dificuldades do professor de Educação Física ao ministrar essas aulas, além de observar como os colegas tratam o aluno autista e o modo de inclusão. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa tipo de estudo de caso, uma pesquisa de observação participante, tendo como sujeitos uma professora de Educação Física e com 19 alunos, de ambos os sexos, tendo dois alunos autistas (porém o trabalho está focado em apenas um). Todos com idade de 13 anos, exceto o aluno autista em foco que tem 15 anos, pertencentes a turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, do “Colégio Conhecer”, no qual é uma escola privada do município de São Mateus-ES para produção de dados utilizamos instrumentos, como: diário de campo e questionário estruturado. O processo de observação teve início no dia 03 de abril de 2018, no acompanhamento de duas aulas semanais de Educação Física dessa turma. O Colégio nos acolheu bem, desde o início mostrando capacidade e interesse em ajudar no que for possível, é um trabalho no qual nos ajuda na parte acadêmica, nos incentiva mais a trabalhar com a Educação Física na Perspectiva de Inclusão, ganhando bastante conhecimento e vivência, podendo mostrar a todos a importância da inclusão, que o professor é fundamental para o aluno. E que deve ter mais força de vontade em ajudar, pesquisar, entender, pois muitos necessitam desse ensino, que promove o desenvolvimento para a vida. Neste período de observações podemos identificar as características do aluno autista, como é a sua inclusão nas aulas, suas limitações e também a suas possibilidades. Além do papel do professor de incluir, saber ministrar a turma e o relacionamento dos colegas com o aluno autista.

**Palavra-chave:** Autismo; Educação Física; Inclusão.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CID – Classificação Internacional de Doenças

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

DSM IV – Manual Diagnóstico e Estatístico Mentais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TDI – Transtorno invasivo do desenvolvimento

NEE – Necessidade Educacional Especial



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. CONCEITO DO AUTISMO .....</b>	<b>14</b>
2.1 CONHECENDO O AUTISMO .....	18
<b>3. COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE AUTISMO E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
3.1 A LEGISLAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR .....	23
3.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO ATENDIMENTO DO AUTISMO.....	32
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
4.1 SUJEITOS DA PESQUISA .....	36
4.2 LOCUS DA PESQUISA .....	36
4.3 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS .....	39
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>8. APÊNDICES .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, necessitamos de uma educação inclusiva devida ao grande número de alunos, que frequentam diversas instituições privadas e públicas, carentes ou especializadas, mas que os tornam presentes na rede regular de ensino. Dentre esse “Público Alvo da Educação Especial”<sup>1</sup>, destacamos o Autismo. O transtorno de desenvolvimento que necessita de uma educação totalmente planejada e reestruturada de acordo com variáveis múltiplas, entre as quais, a sua idade cronológica.

Dessa forma, ao contrário de outras crianças, as com autismo podem apresentar um grau variável de atraso na linguagem verbal e não verbal, comunicação e desenvolvimento comportamental. Assim, elas precisam de um cuidado e uma atuação profissional constante. Considerando o objetivo que é incluir o aluno autista nas aulas de Educação Física com os demais colegas de classe, destacamos aqui, a importância da inclusão de todas as crianças nas aulas de Educação Física, independente da sua condição (ABREU, 2009). Só assim estaríamos desenvolvendo seu potencial, a partir das suas habilidades motoras e o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e familiar, ou seja, “[...] uma educação de corpo inteiro (FREIRE, 1996).

O processo de inclusão dos alunos com Autismo é de uma necessidade ampla para que ocorra uma socialização com colegas de classe, professores e até corpo docente. O autismo é uma deficiência devido ao comprometimento em áreas afetadas pelo transtorno, tais como: social, comportamental e comunicativa. Pode, portanto, ocorrer por parte do aluno um isolamento, sendo assim é preciso um planejamento especializado para que haja de alguma forma o desenvolvimento de fatores sociais, motores e cognitivos do mesmo, possibilitando sua participação escolar.

Enquanto alunos do 6º período de Educação Física, pudemos perceber um olhar mais promissor para a inclusão devida apresentações de trabalho, palestras ministradas e conteúdos vistos durante a graduação. Sendo assim, começamos a desenvolver a temática e ter a curiosidade de como seria as aulas práticas junto a um professor, observando se a escola tem um cuidador para esse aluno e como são as

---

<sup>1</sup> Público Alvo da educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, buscando eliminar as barreiras para a plena participação de seu público-alvo – alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação –, por meio do atendimento educacional especializado (AEE).

aulas no ensino regular com aluno autista e se é existente as aulas individuais. Levando em consideração que esses profissionais tendem a agregar novos conhecimentos e obter uma grande satisfação, por perceber o grande impulso no desenvolvimento desta criança.

Na sequência de influências positivas, tivemos no dia 15 de março de 2018, o privilégio de participar de uma palestra com o Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franck Maciel Pessanha<sup>2</sup>, com o tema “Conhecendo o Autismo”, realizado no auditório da Faculdade Vale do Cricaré, na cidade de São Mateus-ES. A palestra considerou sobre o conceito do Autismo e seus diagnósticos, o que nos permitiu posicionar-nos a respeito das condições clínicas associadas, algumas formas de trabalhar com alunos autistas, podendo auxiliar no seu desenvolvimento.

O professor citou autores, doutores e próprios autistas que enfrentaram barreiras tornando grandes personalidades em alguma área, podendo ser considerado gênio, criador de diversos jogos e no esporte, mesmo não tendo sucesso em competições, mas sendo um dos melhores no que se faz. Palestra de fato importante, nos conduzindo neste Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, além de conscientizar a todos os ouvintes acerca da importância da inclusão e de outros valores fundamentais como a cooperação, a generosidade, a empatia.

Estamos tendo uma formação básica para a Inclusão, mas entendemos que seja necessário que o professor tenha uma formação continuada por toda a sua carreira. Assim, reflita acerca das questões sobre trabalhar com um aluno com deficiência, mesmo que a ciência limite-se a um diagnóstico quanto a isso, cabe aos professores pesquisar e buscar melhorias para a formação do sujeito, atendendo melhor, assim esse público historicamente tão mal compreendido.

A ciência nos apresenta o Transtorno do Espectro Autista, ou outras nomenclaturas similares como algo universal. Assim, pode ser encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica, ou no meio ambiente destas pessoas que possa causar de forma determinante, o transtorno. Os sintomas, causados por disfunções físicas do cérebro, podem ser verificados pela anamnese ou presentes no exame ou entrevista com o indivíduo, estas características são: distúrbios no ritmo de habilidades físicas, sociais e linguísticas, reações anormais às

---

<sup>2</sup> Fisioterapeuta, professor da Universidade Federal do Pampa, campus de Uruguaiana – RS, na oportunidade em que palestrou na Semana da Educação Física.

sensações, alterações na visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, fala ou linguagem ausente ou atrasada e certas áreas específicas do pensar, atuais ou não. (ALVES et al, 2010).

Nos casos mais graves, devido à desinformação dos adultos, pais e profissionais da Medicina e da Educação, a criança autista fica condenada a viver em um mundo que não consegue compreender e no qual raramente é compreendida. Nesses casos, podem crescer frustradas e responder ao mundo com gritos e com agressões, muitas vezes, se auto agredem e machucam-se para descarregar sua frustração em não ser compreendido, por isso é melhor identificar o mais cedo possível que a criança é autista. É a partir desse diagnóstico que é preciso esquematizar uma estratégia educacional que minimize as dificuldades da criança. Dessa forma como são desenvolvidas as práticas pedagógicas inclusivas em Educação Física com a presença de um aluno autista?

Diante disso esse trabalho tem como objetivo investigar como são desenvolvidas as práticas inclusivas na aula de Educação Física, com a presença de um aluno autista. Para isso é especificamente importante identificar os limites e as possibilidades do aluno autista nas aulas de Educação Física; observar a relação do professor de Educação Física com o aluno autista durante as aulas; verificar facilidades e dificuldades do professor de Educação Física durante as aulas, com a presença do aluno autista.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: Capítulo 2 trata do “Conceito do Autismo”. O texto por sua vez relata os casos do Autismo desde a década de 1940 onde o autor Leo Kanner<sup>3</sup>, começou a perceber as dificuldades vistas em crianças com transtornos, ou seja, apresentavam comportamentos inadequados. Na seção secundária 2.1 será falado sobre conhecendo o Autismo brevemente no âmbito de incluir o mesmo nas aulas.

O Capítulo 3 trata da “Compreendendo a relação do Autismo e Educação”. Nele, será relatado sobre a educação inclusiva nas aulas de Educação Física com aluno autista conceituando a prática na escola. Procurando compreender as práticas educativas e entender a influência que as diversidades causam na sociedade e sobretudo na educação. No subitem 3.1 “Legislação no processo escolar”. Busca-se enfatizar a importância do que regem as leis sobre o processo

---

<sup>3</sup>Leo Kanner, psiquiatra austríaco, radicado nos Estados Unidos e diretor de psiquiatria infantil do Johns Hopkins Hospital, publica a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”.

inclusivo no meio social e educacional. O subitem 3.2 “Prática Pedagógica em Educação Física inclusiva no atendimento do autismo”. Aborda atendimento do professor com um aluno Autista, requer bastante atenção e pesquisas afim de ter uma boa compreensão desse aluno. O estudo tem o intuito de mostrar que o professor de Educação Física, assim como os outros que estão presentes no corpo docente, torna-se um integrante importante no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, com isso o mesmo deve se manter atento quanto ao planejamento e atenção e buscando maneiras de inovar suas aulas.

No capítulo 4, apresentamos a parte metodológica. O caminho que escolhemos para produzir os dados necessários a fim de obter sucesso no trabalho. É uma observação participante, tendo o foco um aluno autista e o desenvolvimento da professora de Educação Física nas aulas, observando as aulas da mesma disciplina citada. Fizemos entrevista semiestruturada a mãe do aluno Gabriel, questionários a coordenadora e diretora. Todos os instrumentos de produção de dados tendo como objetivo conhecer melhor a rotina, a participação do aluno nas aulas de Educação Física e o seu comportamento.

No capítulo 5, é a parte dos resultados e discussão, onde é apresentado os resultados obtidos durante as leituras e análises feitas pós produção, onde é analisado esses dados e relacionado com o que autores pesquisados dizem e o que foi descoberto nos questionários feitos com a mãe do aluno, com a coordenadora e a diretora do Colégio Conhecer.

Já no capítulo 6, vem a parte das considerações finais onde é relatado a conclusão do trabalho. Apontando o que foi observado afim do objetivo final, relacionando características do Autismo, aulas práticas de Educação Física com a presença de aluno autista, como é essa inclusão e seus limites e possibilidades.

E por fim, os capítulos 7 e 8, onde é mostrado as referências e apêndices, respectivamente. As referências de onde foi tirado várias informações para a produção do trabalho e em apêndices, os questionários aplicados a coordenadora, a diretora e a mãe do aluno autista, afim de obter informações também. Além do diário de campo, onde é relatado cada aula observada e os anexos.

## 2 CONCEITO DO AUTISMO

O autismo é considerado um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), e sendo assim o mais conhecido pelo mundo. Esse transtorno é uma condição geral para um grupo de desordens complexas no desenvolvimento do cérebro. Esses distúrbios prejudicam a interação social, dificultam a comunicação e provocam comportamentos repetitivos. Além de limitar o indivíduo a padrões.

Em 1943, Léo Kanner um psiquiatra austríaco que se residiu para os Estados Unidos, se dedicou aos estudos dentro das suas pesquisas com o propósito de investigar as causas que levariam aos comportamentos considerados estranhos e individualizado em crianças. O autor produziu um artigo que relatava sobre o “Distúrbio autísticos do contato afetivo” descrevendo 11 crianças com diagnóstico prévio de esquizofrenias, mas o problema era pouco conhecido devido aos comportamentos diferenciados de repetição na fala, ou seja, mania de falar rimando se assemelhando ao robô, obsessão por algum objeto (ORRÚ, 2016).

Diante disso, Kanner observou-se que a gestação teria sido conturbada ou não aceita, pois, o feto dentro do ventre não se relacionava com a mãe, perdendo o contato após o nascimento. O psiquiatra foi procurado por pessoas importantes na sociedade para que ajudasse nos diagnósticos para ajudar a diagnosticar filhos (as) de pessoas importantes na sociedade.

Em 1955 ele considerou a conduta dos pais e suas crises de personalidades, não ajudassem no fator principal que era o desenvolvimento da criança desde da vida intrauterina. Apesar de as características apresentadas pelas crianças demonstrando incapacidades de socializar com as demais pessoas, a criança tende a ter atrasos no falar, no desenvolvimento motor e nas atividades no qual são ritualizadas. Nos primeiros anos de vida, o modo como a criança vai agir é totalmente diferente, pois, ela vive em um mundo que é só dela “isolado”. Kanner procurou diferenciar o distúrbio autístico esquizofrênico, por não se tratar de uma doença independente, mas por uma pessoa com esquizofrenia se isolando de tudo e o autista ter uma diferença que é viver no seu mundo com pessoas normais (ORRÚ, 2016).

Após a publicação do texto de Kanner, com um intervalo de um ano, o pediatra austríaco Hans Asperger, no ano de 1944 publicou “Psicopatia Autista”, que defende

e denomina por um transtorno severo na interação social, perda motora e o número maior de acontecimentos no sexo masculino. Desse modo, o autor considera a “síndrome e o Transtorno do Espectro do Autismo” pode haver atraso ou falta total de desenvolvimento da linguagem falada. Em indivíduos que chegam a falar, pode existir um acentuado prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, um uso estereotipado e repetitivo da linguagem. Embora exista termos específicos, isolamento social é caracterizado por Kanner, e nas palavras de Asperger é persistente.

Conforme Oliveira (2012, p.18), esses dois autores têm, também, voz unânime quanto à distinção entre o autismo e a esquizofrenia e baseados em três aspetos, tentam uma diferenciação bem clara:

[...] a possibilidade de melhoria dos seus pacientes, a ausência de alucinações e o facto de estas crianças apresentarem um desenvolvimento perturbado desde os seus primeiros anos de vida, ao contrário de apresentarem um declínio das suas capacidades após um período inicial de um desenvolvimento normal, típico da esquizofrenia. (MARQUES, C. E, 2000 p.27)

Assim como o Autismo, a síndrome de Asperger, Dias (2015) aponta que a principal questão nesse campo é a de saber se às duas condições, Kanner e Asperger, são variedades da mesma anormalidade ou entidades separadas. Conclui que são variedades de uma mesma entidade, tornando-se responsável pela grande divulgação do autismo e da introdução da noção de espectro no campo científico (p. 110). Considera às duas descrições relativas pontas de extremidades que indicam o ponto mais grave e o mais leve de uma mesma patologia. Discordando em alguns pontos de Asperger, ela centra seu estudo nas perturbações Autísticas baseadas numa tríade de perturbações, perturbações globais do desenvolvimento, composta por elementos deficitários que toda pessoa com autismo apresenta: Comunicação ou Linguagem, Interação Social e Pensamento e Imaginação.

No entanto, suas diferenças do contexto atribuídos pelos autores citados sobre a Autismo e Síndrome de Asperger, Cunha (2014), descreve informações sobre TEA, disponibiliza o conceito que configura no manual de diagnóstico, o CID.10<sup>4</sup>, definindo o Autismo como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. O manual

---

<sup>4</sup>CID 10. Transtornos da identidade de gênero. Disponível no Url: <http://www.psiqweb.med.br/dsm/sexual5.html#identidade>.

apresenta os seguintes distúrbios com quadros autísticos: Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.

Síndrome de Asperger: difere do autismo clássico principalmente por não ocorrer deficiência mental, atraso cognitivo e considerável prejuízo na linguagem.

Autismo Atípico: esta categoria deve ser usada quando existe um comprometimento grave e global do desenvolvimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal, e a presença de estereotípias de comportamentos, interesses e atividades, não satisfazendo os critérios para a classificação de Transtorno Autista, em vista da idade tardia de seu início.

Transtorno de Rett: proveniente de causas desconhecidas e com severa deficiência mental. É relatado até o momento apenas em crianças do sexo feminino.

Transtorno Desintegrativo da Infância: é muito mais raro que o autismo, com sintomas semelhantes ao de Rett, mas incidindo predominantemente em meninos, geralmente acompanhado de deficiência mental. Cunha (2014, p.21-22).

Dias (2015) A partir da década de 1980, o autismo é retirado da categoria de psicose e no DSM III utiliza-se a nomeação de distúrbios invasivos do desenvolvimento. No DSM IV (1991) caracterizado por prejuízo severo e invasivo em diversas áreas do desenvolvimento é considerado um distúrbio global do desenvolvimento. No DSM 5<sup>5</sup>(2013) o autismo é situado na categoria de Transtornos do Neurodesenvolvimento e assumido como espectro, substituindo assim as subcategorias dos “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” que são agora abordadas por um único termo abrangente.

O autismo é um conceito complexo que demanda estudos e pesquisas aprofundadas, sendo assim foi o pulso firme em que o psiquiatra colocou em apontamentos para que tivesse um bom resultado sobre o mesmo. Com o passar do tempo durante a descoberta do conceito autístico no século XX, surgiram outros autores que buscaram descrever o autismo de tais formas (ORRÚ, 2016).

Segundo autora e psicanalista Frances Tustin (1975), considera o autismo como uma condição normal na humanidade, mesmo do meio de comunicação na sociedade. Geneticamente, ela relata que tudo vem desde o nascimento da criança, ou seja, seu primeiro contato com a mãe (corpo) a corpo. A autora destaca que a criança vive um pânico, apesar de não transparecer na sua face, pois, normalmente é visto uma criança com aparência vistosa, mas que por dentro carrega uma proporção

---

<sup>5</sup>DSM-5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Disponível < <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>>



de sentimentos que as deixam inseguras. Por isso elas acabam tendo apego por algum objeto ou até mesmo na televisão em algo que chame a atenção e assim ela acaba ficando presa naquele universo. O afeto materno era uma ponte entre o autismo normal e a vida social normal. Se este afeto era “defeituoso” a criança desabava no autismo patológico. Mas antes de a autora falecer ela renegou a ideia, sobre o seu pensar do autismo anteriormente (ORRÚ, 2016).

Christian Gauderer em 1986, idealizou a Síndrome do Autismo como uma inconformidade do sujeito no meio social, ou seja, uma doença crônica que não houvesse cura, mas que sabia que afeta o sistema neurológico que ocasiona a falta de interação com mundo social. Segundo Gilberg (1990) considera que o Autismo faz parte do grupo das perturbações do desenvolvimento, que é mais conhecida e mais frequentemente diagnosticada. É caracterizada por um profundo transtorno do desenvolvimento, inibindo as capacidades de comunicação e imitação, sendo estas características demonstradas na incapacidade que os autistas possuem no relacionamento com os outros. A criança autista tem dificuldades ao nível do processamento e organização da informação, por isso não entende os sinais de comunicação não sabendo, conseqüentemente, responder aos mesmos. O autismo infantil é um termo usado para descrever um comportamento estranho e/ou deficiências sérias de desenvolvimento nas áreas sociais e de comunicação.

Porém, as concepções sobre o conceito do autismo são vistas em construção devido à complexidade das controvérsias envolvidas entre autores. Mas claro, que historicamente é possível caracterizar a deficiência como distúrbio do comportamento complexo, ou seja, que ainda está em andamento para que possa descobrir mais a fundo sobre autismo, pois é um assunto de suma importância e que tem crescido no mundo.

## 2.1 CONHECENDO O AUTISMO

A incidência do autismo pode variar de acordo com o critério utilizado por cada autor. O primeiro estudo epidemiológico em 1996 na Inglaterra, foi realizado por Vítor Lotter. Nesse estudo, ele descreveu índice de prevalência de 4,5 autistas para 10.000 (0,045%) em toda população de criança entre 8 a 10 anos.

Conforme Klin (2006) os índices de prevalência resultantes, particularmente nos estudos mais recentes, apontam para um índice conservador de um indivíduo com autismo (prototípico) em cada 1.000 nascimentos; cerca de mais quatro indivíduos com transtorno do espectro do Autismo; e índices muito menores para a síndrome de Rett e menores ainda para o transtorno desintegrativo infantil. O autismo aparece em cerca de vinte entre cada dez mil nascimentos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas. É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Essa proporção varia, no entanto, em função do grau de funcionamento intelectual. Alguns estudos relataram proporções de até 6,0 ou mais homens para cada mulher, em indivíduos com autismo sem retardo mental, ao passo que as proporções entre os que tinham retardo mental de moderado a grave eram de 1,5 para 1. Ainda não está claro porque as mulheres têm uma menor representação na faixa sem retardo mental. Uma possibilidade é de que os homens possuam um limiar mais baixo para disfunção cerebral do que as mulheres, ou, ao contrário, de que um prejuízo cerebral mais grave poderia ser necessário para causar autismo em uma menina. De acordo com essa hipótese, quando uma pessoa com autismo for uma menina, ela teria maior probabilidade de apresentar prejuízo cognitivo grave.

Em decorrência das pesquisas autores como Klin; Fombonne relatam possíveis índices e hipóteses em relação ao Autismo e seu progresso, no entanto, aparecem antes dos 3 anos de idade e, em cada 10.000 crianças, de quatro a cinco apresentam a doença, com predomínio em indivíduos do sexo masculino (3:1 ou 4:1). É nesse processo que os pais se preocupam pelo fato de não ver o desenvolvimento do seu filho como as demais crianças, os comportamentos diferentes, o pouco contato visual com a mãe quando se amamenta o filho, entre fatores específicos que o Autismo traz. As primeiras características podem surgir entre os 4 e os 8 meses de idade, devido ao atraso no desenvolvimento da motricidade e da fala. Contudo, o diagnóstico requer um cuidadoso exame físico, psicopedagógico e neurológico. O Autismo pode ainda

desenvolver-se em crianças que até então pareçam “normais” – Autismo Secundário – onde ocorre uma inexplicável regressão. (Santo et al, 2006).

O transtorno autista é chamado, ocasionalmente, de Autismo infantil precoce, Autismo da infância ou Autismo de Kanner. O prejuízo na interação social recíproca é amplo e persistente. Pode haver um prejuízo marcante no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, por exemplo o contato visual direto com a mãe, desenvolvimento das habilidades sociais cognitivas, de comunicação e simbólicas.

São poucos, mas em alguns casos, os pais relatam uma regressão no desenvolvimento da linguagem, geralmente manifestada pela desistência da fala após a criança ter adquirido de 5 a 10 palavras, pois é quando a criança vai perdendo o interesse, mas isso acontece até uma certa fase da vida, mesmo sabendo que em muitos casos é raro esse desenvolvimento da linguagem e no desenvolvimento motor, mas cabe a família buscar um meio que ajude está criança no decorrer desse processo que muitas vezes é lento, mas que no final pode haver positividade. Crianças com Autismo frequentemente possuem dificuldade em tolerar alterações e variações na rotina. Por exemplo, uma tentativa de alterar a sequência de alguma atividade pode deparar-se com terrível sofrimento por parte da criança. Ela acaba ficando inquieta, e é possível perceber o isolamento, ou até mesmo uma fixação por algum objeto que chame atenção da mesma, sem ao menos ter a noção do que está sendo passado no ambiente em que estar (OLIVEIRA, 2012; KLIN, 2006).

O autor Vigostski, tendo noção do desenvolvimento intelectual das crianças o que fato ocorre com a interação social das mesmas, foi um dos primeiros autores a ter proposições de casos com essa deficiência. Nesse processo de buscar compreender o ensino aprendizagem, ou seja, melhorias para ter caminhos que levassem a defectologia de forma que entendesse esse aluno, e que a interações sociais se baseia na família, na escola, na rua, são etapas básicas, mas que transformam essa criança e possibilita o desenvolvimento na linguagem, no processo de construção ela atribua capacidades e formas de se chegar na sociedade e interagir no meio social.

Martins (2010, p.114) afirma que:

Na teoria sociointeracionista de Vigostski, encontramos uma visão de desenvolvimento humano baseada na ideia de um organismo ativo cujo pensamento é constituído em um ambiente histórico e cultural: a criança

reconstrói internamente uma atividade externa, como resultado de processos interativos que se dão ao longo do tempo.

Vigostski em 1998, faz um alinhamento sobre o mundo e os sujeitos, no processo de mediação do professor/aluno. Em sala de aula/quadra, além do professor, os próprios alunos em momentos variados são mediadores no processo de apropriação do conhecimento um do outro. Para trabalhar de forma objetiva, fica mais simplificado para ele assimilar e aprender, relatar sobre as rotinas diárias, se houver alterações no decorrer do planejamento, chame o autista e converse buscando entende ló e observar o comportamento dele, e saber o que ele gosta de fazer, qual seu objeto favorito. Para que haja a interação desse aluno com suas aulas, é necessário conversar, ser objetivo naquilo que está sendo transmitido fazendo com que ele sinta interesse e comece a desenvolver juntamente ao professor, logicamente que esse estágio é de adaptação e muitas vezes leva tempo. Como é bem defendido na proposição de Vigostski, o homem se forma em contato com seu meio social.

Nesse sentido,

[...]. Assim a zona de desenvolvimento proximal permitimos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação [...] O estado de desenvolvimento mental de uma criança só pode ser determinado se forem revelados os seus dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal. [...] aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã - ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã (VIGOTSKY, 1998, p. 113).

Concordando com a proposta do autor, a zona de desenvolvimento proximal, que a diferença entre o que a criança consegue realizar sozinha e aquilo que, mesmo que não consiga realizar sozinha, é capaz de aprender e fazer com a ajuda de uma outra pessoa (SIQUEIRA, 2011).

Conforme Siqueira (2011, p.36), quando pensamos em uma criança com autismo, que já possui como característica uma singular forma de interação social, linguagem e com um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses, percebemos que o grande entrave ou desafio a ser superado é tirar essa criança do isolamento imposto pelo meio social. Quando nos permitirmos romper com o medo do novo do que não está certinho, daquilo que foge do padrão, que nos impõem rever nossos valores, nossas crenças, acabamos nos refazendo de novo, nesse encontro

com o outro (o Diferente). O professor deve buscar conhecer esse aluno, compartilhar com ele brincadeiras, mostrar os movimentos a serem executados dependendo da prática.

### 3. COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE AUTISMO E EDUCAÇÃO

Compreender que é uma tarefa educacional difícil no processo escolar, mas que é preciso reconhecer que o aluno autista está presente na aula, que precisará da sua ajuda e que deve ser incluso nessas mesmas, como os demais alunos. Nesse caso, o professor de Educação Física deve ter um bom planejamento que possa contribuir no desenvolvimento do aluno, como psicomotor, social e afetivo. Nesse sentido, Ferraz (2007, p. 489) nos chama a atenção para compreender que:

O grande desafio para a educação se encontra em buscar novas fronteiras para a escola. Isto significa perceber o outro como um ser único e que está aberto para muitas possibilidades, com múltiplas capacidades de transformação e criação. Significa também, compreender a complexidade humana, percebendo e vivendo a diferença como experiência de alteridade.

Então, o professor no processo de transmissor de conhecimento deverá conduzir os elementos pedagógicos de forma que seja harmônica, na concepção da aula/sala e aula/quadra, enfatizando em certas aulas que à diferentes modos de pensar naquela turma que ele está ministrando, que deve haver uma adição de mundos professor-aluno e aluno-aluno, para que possa junto com a disciplina oportunizar multiplicações de forma positivas em vários processos de desenvolvimento/crescimento pessoal: individual e coletivo no ambiente escolar.

O professor é o principal sujeito para incluir o aluno autista nas aulas. Pois é ele que tem o comando da sala e deverá trabalhar como líder, orientador na perspectiva dessa inclusão. Nesse caso, o professor deverá ter o conhecimento, a capacitação e estar atento aos detalhes tanto do autista, tanto da sala em geral, assim ajudando na sua intervenção.

Nesse processo de construção, incluir o aluno com Autismo é desenvolver cada vez mais suas habilidades, conhecimento e melhoria na interação social, o que para eles é difícil. Mas para haja essa inclusão, é necessário que a escola se organize no sistema educacional, pois importante que a mesma está “preparada” para melhor atender esses alunos.

Dessa forma, é importante ressaltar que não só crianças com necessidades especiais com autismo, mas o “Público Alvo da Educação Especial” precisa de uma educação de qualidade na qual todos regem pelos direitos atribuídos pela educação especial e impostas pelas leis. No Brasil a lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96

assegura que todos os indivíduos com necessidades educativas especiais tenham o direito de frequentar uma escola de ensino regular. Nesse sentido, torna-se necessário, que os professores de todas as disciplinas adotem e se conscientize que a proposta é para agregar no desenvolvimento educacional destes indivíduos.

A Lei de Diretrizes Operacionais nº 6.571/08 baseiam-se, então, na concepção do atendimento educacional, esse no qual incluem e traz uma nova concepção de educação especial centrada na mudança das práticas, meio social para garantir o espaço do indivíduo em áreas de ensino aprendizagem. Neste sentido, o poder público exige um olhar mais promissor para esses indivíduos.

É nessa concepção que vemos a importância da formação continuada para atender esse público alvo, mas é possível ver a carência de profissionais capacitados para lidar com essa expectativa, pois falta conhecimento e falta de interesses de alguns, para possa incluir esse público com qualidade

### 3.1 LEGISLAÇÃO NO PROCESSO ESCOLAR

No Brasil existem legislações que regem valores humanos, cidadania, dignidade, entre outros, buscando direito de igualdade na sociedade, sem exclusão, em meios da educação e da qualificação desse indivíduo para o mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva de leis no processo escolar, Constituição Federal onde enfatiza os direitos do cidadão, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) relatando educar e preparar esse indivíduo, Lei da prefeitura municipal de São Mateus-ES e Declaração de Salamanca.

A Constituição Federal diz no artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, onde deve pensar no bem para todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, no artigo 5º da constituição relata sobre os direitos e deveres do indivíduo, diz que todos são iguais perante a lei, 205 visa o direito da educação. No artigo 205 garante educação, direito de todos e dever, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse processo, o artigo 206-I declara igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No artigo 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Constituição Federal de 5 de outubro de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal; A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC 14/96, EC 53/2006 e EC no 59/2009) I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Dentro dessa perspectiva com os avanços da legislação, emerge uma nova interpretação da Educação Especial, garantindo o direito ao Atendimento Educacional Especializado buscando igualdade para todos no ensino regular. É imposto que a constituição busca o direito do cidadão de revigorar seus direitos, buscando o direito de igualdade perante a lei e o respeito na sociedade.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no artigo 2º a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o



saber;  
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;  
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 VII - valorização do profissional da educação escolar;  
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
 IX - garantia de padrão de qualidade;  
 X - valorização da experiência extra-escolar;  
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.  
 (1996, p.9)

Nesse sentido, o artigo ressalta a concepção da Educação Especial presente na LDB se baseia na ideia de incluir o aluno com necessidades especiais, sempre que possível, ou seja no ensino regular, o que é positivo. O outro ponto é um dever constitucional do Estado, iniciar a faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil e devendo se estender por toda vida do aluno.

No capítulo V 58 da LDB (p.19) §2º fala do atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

No Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (MEC, 1996, p.19)

Os incisos apresentados, relata sobre a opção clara por uma política de inclusão dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns do ensino regular. Principalmente sobre a capacitação constante e contínua do profissional que trabalha ou irá trabalhar com esse público alvo, e com esse entendimento, é essencial para permitir o sucesso da Educação Especial, assegurando os direitos de cada um.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com

a escola, seja por que motivo for. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.3):

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer e tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva, à maioria das crianças, e aprimoram a eficiência e em última instância o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Declaração é considerada inovadora, pois a mesma oportunizou a única colocação da Educação Especial dentro da estrutura de “educação para todos” incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for.

Nesse sentido, o

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceira com as comunidades.

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. Declaração de Salamanca (1994, p. 5)

Lei 7.853, de 24 de outubro 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social dizendo que:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua

efetiva integração social, nos termos desta lei. § 1º Na aplicação e interpretação desta lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito. § 2º As normas desta lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do poder público e da sociedade (1989, p.82)

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do adolescente diz:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.  
 Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.  
 Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.  
 Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.  
 Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016). (1990, p.92)

Sendo assim, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Garantindo os direitos ao receber proteção em quaisquer circunstâncias; atendimento nos serviços públicos, formulação e execução das políticas sociais (1990, p.92).

Decreto nº 3.298, de 24 de outubro de 1989, regulamenta a Lei 7.853, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 24. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes

medidas: I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino; II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino; III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas [...] § 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência. § 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

Resolução Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, Câmara de Educação básica que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial:

. Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar: I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º (MEC, 2001, p.4)

Íntegra do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência decreta:

Art. 1º A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

Os Estados Partes nesta Convenção, reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;

Artigo II

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. (MEC, 2001, p.267).

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (2001, p.268)

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado: Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (p.369):

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. 2 Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos públicoalvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Sendo assim,

A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução. (MEC, 2001, p.)

A Prefeitura Municipal de São Mateus-ES tem a Lei nº1.517/2015 que regulamenta e estabelece normas de atendimentos aos alunos alvo da Educação Especial nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental do sistema de educação de São Mateus-ES.

E para que o professor impulsionado a realizar seu trabalho de forma clara e sucinta sempre pensando no aluno com necessidades e não de fato a deficiência que o mesmo tem. A lei, traz um embasamento de como deve ser tratado o aluno e como vem garantir os direitos do mesmo de dentro do ambiente escolar.

No Art. 2º. Considera público alvo da Educação Especial, Estudantes com deficiência: aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

Nesse sentido,

Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (TGD): aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimentos nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação (2015, p.1).

Art. 3º. A Educação Especial insere-se na Educação Superior e na Educação Básica, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todas as etapas e modalidades da educação escolar, como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Indígena, Quilombola e do Campo.

Art. 4º A Educação Especial deverá ser fundamentada nos princípios:

I- Éticos da autonomia, da responsabilidades, da solidariedade e o respeito ao bem comum;

II- Políticos: dos deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática;

III- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade. Do lúdico, da qualidade e da diversidade de manifestação artísticas e culturais;

IV- Da dignidade humana: identidade social e individual autoestima, liberdade, respeito às diferenças, como base para instituição e fortalecimento de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências:

V- Da Inclusão: voltados para o reconhecimento e a valorização das diferenças do aluno. Bem como de suas necessidades específicas na ação pedagógica;

Capítulo II – DAS COMPETENCIAS

Art.5º. Cabe ao Sistema Municipal de Ensino estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da Educação Especial em todos os níveis e modalidades de oferta de sua competência. (2015, p.2)

No Município de São Mateus-ES foram implementadas nas escolas municipais o auxílio de cuidadores para acompanhar as crianças com deficiência nas salas de aula, rampas de acesso para crianças cadeirantes em várias escolas, salas de AEE, entre outras, porém existe uma demanda de necessidades de implementação para atender essas crianças e trazer melhoria no processo de inclusão dessas no ensino regular do município.

Dessa forma, podemos ver a importância da inclusão no âmbito escolar com pessoas deficientes, tanto no regular ou particular, dentro dessa concepção é visto o direito e dever do estado, porque diante da lei todos tem direitos iguais.

### 3.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO ATENDIMENTO DO AUTISMO

Como já foi citado anteriormente, a inclusão do autista na sociedade é difícil, porém necessária e muito importante para o seu desenvolvimento. Para isso é essencial a presença da família e da escola no seu cotidiano.

Os autistas possuem variações de inteligência, mas não são todos que estão aptos para a inclusão escolar, devido a um pouco contato e interação com outras pessoas, assim tendo poucas experiências vividas. Atualmente, no ambiente escolar há muitas discussões sobre o assunto que chamamos de “Educação Inclusiva”, e nessas discussões está a atuação do professor. Muitos têm “receios” de trabalhar com esses alunos, até mesmo incluir na classe regular, por não terem o devido conhecimento para dar aula para um aluno autista e por sentirem incapazes de contribuir na intervenção pedagógica (BRIDI; FORTES; FERRARI, 2010).

Trabalhar com um aluno autista é um desafio, requer bastante atenção e pesquisas afim de ter uma boa compreensão desse aluno. O professor deve ser participativo, dedicado, ter atitudes que ajudam a inclusão e persistente nos objetivos. Cunha (2014), orienta e mostra algumas dicas para o trabalho do professor com o aluno autista:

Penetrar no mundo do autista; concentrar-se no contato visual; trazer sempre o olhar do autista para as atividades que ele está fazendo. Entreter-se com as brincadeiras do autista; procurar sempre enriquecer a comunicação. Mostrar a cada palavra uma ação e a cada ação uma palavra; tornar hábitos cotidianos agradáveis; fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme (CUNHA, 2014, p. 85).

É de suma importância que haja a integração no ambiente escolar, pois cada autista possui diversas características. O aluno autista tem suas particularidades, o professor tem que compreender; conhecer muito bem o perfil comportamental, cognitivo, a necessidade do aluno, como ele chegou na escola, quais são os déficits que ele apresenta, quais são as particularidades desse aluno. Cada autista tem suas características, possivelmente tem hipersensibilidade, outros podem ter baixa sensibilidade, obrigatório observar esse aluno e entender um pouco do seu desenvolvimento. Nesse sentido, o autor Sacks (2006), ressalta que a equipe pedagógica tem que conhecer cada aluno, saber das suas necessidades, para que



possa intervir nessa etapa de ajudar na aprendizagem de forma positiva. E é claro que não se trata somente do agora, mas sim do que essas crianças futuramente irão se tornar, é por isso se torna necessário o ensino aprendizagem de forma autêntica para ajudar esse aluno no seu desenvolvimento, mesmo que futuramente tenha pouca interação social, mas possa se tornar um adulto de caráter e desenvolver a linguagem de forma satisfatória.

Para uma melhora do desenvolvimento educacional do aluno autista também é necessário o papel da família. Pois fatores podem influenciar no seu comportamento escolar e familiar, e que já visto, é uma questão complicada. Batista e Bosa (2002), sinalizam sobre isso:

Os indivíduos com autismo são ainda muito sensíveis a mudanças de humor das pessoas com as quais convivem, talvez porque estejam atentos a mudanças sutis como: o tom de voz, a expressão facial ou a pressão do toque, mesmo que não saibam “interpretar” o significado de toda essa gama de comportamento não verbal.

Na perspectiva da inclusão no âmbito escolar, é muito complexa, principalmente quando se trata de indivíduos com Transtorno do Autismo, uma vez que esse aluno apresente comportamentos considerados “anormais” como; mutismo, maneirismo e distúrbios na fala. Tais características podem influenciar no processo de inclusão.

A criança com autismo pode ter suas limitações, mas apresentam possibilidades para desenvolver tal prática, e para que aconteça de forma promissora, o professor necessita de buscas e métodos diferenciados para que inclua esse aluno de forma geral. O professor deve observar a prática aplicada e observar as limitações e possibilidades dessa criando, com esse intuito ele vai conseguir impulsionar essa criança há ter um bom desenvolvimento comportamental, motor e cognitivo.

É nessa concepção que vemos a importância da formação continuada para atender esse público alvo, mas é possível ver a carência de profissionais capacitados para lidar com essa expectativa, pois falta conhecimento e falta de interesses de alguns, para possa incluir esse público com qualidade.

As experiências motoras das crianças são decisivas no progresso das funções de raciocínio. E é na fase de desenvolvimento que ela consegue uma determinada organização mental que pode permitir lidar ao meio em quem vive. O corpo da criança autista não é vivenciado, assim dificultando a sua própria compreensão do corpo (MARANHÃO, 2013).

Assim, podemos observar a importância da motricidade logo no ensino infantil, que pode ajudar na independência da criança, ajudando o lado cognitivo e oportunizando a realizar tarefas do dia a dia, além de um conhecimento corporal que é importante no desenvolvimento do sujeito.

O professor de Educação Física deve ter muito cuidado ao elaborar um plano de aula, pois dependendo das atividades pode haver exclusões entre os alunos. Como por exemplo o jogo desportivo e a competição, onde são bem menos favoráveis a pessoas com necessidades especiais e com um menor desempenho comparado aos outros alunos (Maranhão, 2013).

Logo, o professor deve entender e realizar atividades na qual há a inclusão, promovendo uma cooperação entre eles, quebrando algumas barreiras, aumentando a auto estima do aluno que tenha maiores dificuldades, assim sendo um incentivo ao aluno em participar de outras aulas e podendo mostrar suas capacidades e características aos colegas, podendo melhorar o ambiente escolar.

Tomé (2007) cita algumas atividades que se repetem e que podem ajudar na aprendizagem do aluno, como a natação, atividades em circuito, ginásticas, atividade de relaxamento, utilização de músicas e atividades conhecidas da sociedade em que os alunos vivem.

Segundo Vatajuk (1996), cita que estudos apontam menores aptidões dos autistas em relação a movimentos corporais; como: força de apreensão nas mãos, força e flexibilidade abdominal, especialmente para flexão do tronco. E desempenhos inferiores comparados a pessoas comuns, como em atividades de lançamentos, saltos e corridas, movimentando-se em uma velocidade mais lenta e controlada.

Então, o papel da Educação Física não é só ensinar o movimento técnico, e sim uma melhora na motricidade, na interação social. Por isso, é importante o educador físico conversar com a família do aluno autista, saber o seu comportamento em casa e na sociedade em que vive, seus movimentos, suas dificuldades, hábitos e seus interesses. Para que possa ajudar na elaboração de planos de aulas em que o aluno autista possa desenvolver de uma melhor forma possível.

#### 4 METODOLOGIA

O estudo tem por objetivos compreender e analisar o processo de práticas pedagógicas inclusivas, com a presença de um aluno autista nas aulas de Educação Física. Aprofundar o conhecimento sobre o Autismo, para que possamos investigar os limites e as possibilidades desse mesmo aluno nas aulas de Educação Física.

A nossa pesquisa caracteriza como observação participante, onde há interação de nós pesquisadores com os sujeitos investigados. Como membro ativo da construção dessa interlocução pedagógica com a professora de Educação Física, procurando fornecer orientações aos envolvidos nos momentos de desafios na complexidade do processo de inclusão escolar, pois, como define Dionne (1999), a observação participante permite ao pesquisador incorporar-se à comunidade ou ao grupo, confundindo-se com ele.

Nas primeiras três observações foram em aulas teóricas. A professora sempre com o objetivo de inclusão e participação de todos. O aluno Gabriel<sup>6</sup>, esteve presente na criação do trabalho que começou a ser desenvolvido no laboratório de informática, porém não foi muito participativo. Por não conseguir ficar parado, sentado na cadeira e não estava muito concentrado. Entretanto, numa outra aula, esteve à frente da sala de aula junto ao grupo para apresentar o trabalho. Mesmo com suas limitações na fala, apresentou a sua parte toda, e pareceu ter estudado e entendido do assunto. A professora fez perguntas para todo o grupo, incluindo o Gabriel. Ele foi o que mais procurou responder, mesmo fugindo um pouco do assunto. Mas a professora o ajudou a retornar no foco da questão, querendo a sua resposta desejada.

Na terceira aula, houve leitura do livro didático, onde a professora pediu para que todos lessem um parágrafo. Nas suas duas vezes, o Gabriel teve dificuldade em pronunciar as palavras, principalmente em um tom mais alto. Mesmo assim a turma sempre mostrou paciência com ele, em nenhum momento riram ou algo do tipo. Nesse momento de leitura, a professora o ajudava na correção das palavras e o incentivando a completar a sua parte.

---

<sup>6</sup> Nome Fictício descrito na pesquisa como: "Gabriel" é usado para que não haja a exposição do sujeito pesquisado.

#### 4.1 SUJEITOS

Nosso trabalho de campo foi realizado no Colégio Conhecer, localizado na cidade de São Mateus-ES. Os sujeitos da pesquisa foram identificados por nomes fictícios. Tendo como sujeitos uma professora de Educação Física, chamada Bruna<sup>7</sup> e 19 alunos, de ambos os sexos, sendo dois com Autismo, porém focamos apenas no Gabriel, pois o outro não participava das aulas, não se comunicava com ninguém. Os alunos têm a idade de 13 anos, enquanto o Gabriel possui 15 anos. Outros sujeitos da pesquisa foram a coordenadora e diretora da escola, além da mãe do aluno autista.

#### 4.2 LOCUS DA PESQUISA

Por meio da pesquisa documental em visita ao Colégio Conhecer, documentos fornecidos pela Diretora Rosane para obter informações de grandeza para a nossa pesquisa. É uma instituição situada à Avenida Mateus Cunha Fundão 495, Bairro Dom José Dalvit, São Mateus, Estado do Espírito Santo, criado e mantido pelo Centro Educacional São Gotardo Ltda, foi autorizado a funcionar de acordo com a Resolução CEE Nº 29/80 e 15/05/80, publicada no Diário Oficial de 14/06/80 com Educação Básica, constituída de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O reconhecimento deferido através do parecer CEE Nº 53/96, Resolução CEE Nº 48/96 publicado no Diário Oficial de 18 de março de 1996.

Se tratando da Educação Especial a instituição de ensino é visto o direito que assegura às crianças, aos adolescentes e aos adultos com necessidades especiais o atendimento educacional especializado – AEE. Os objetivos do ensino estar ancorados nos fins da Educação Nacional previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nesse sentido, no Art.16 do Colégio Conhecer é destinado a oferecer apoio psicopedagógico à criança e ao adolescente com necessidades educacionais especiais, assistindo-os em suas tarefas de sala de aula, quando for necessário e no acompanhamento de avaliações da aprendizagem quando este necessitar de um ledor.

---

<sup>7</sup> Nome fictício da professora de Educação Física

O papel do Colégio é promover a inclusão independente das diferenças encontradas, construção de práticas pedagógicas que atenda esse aluno sem ao menos deixá-lo de canto enquanto as aulas acontecem na sala e quadra, destacamos a visão acadêmica na disciplina de Educação Física, mas tendo em vista que a instituição não atende somente o Autismo, mas outros alunos com deficiências, como cadeirantes, Síndrome Down, entre outros. Existe um acompanhamento da psicóloga do colégio que permanece em dias alternados na instituição para que haja uma conversa, entre os mesmos identificados para saber como está sendo o processo de ensino-aprendizagem, o que de fato é muito importante porque observamos a prestação do serviço, mas também do educar o aluno é visível dentro do corpo docente.

Em 18 de março de 1996, as turmas do Ensino Infantil desenvolvimento Integral da criança de 5 anos, nomenclatura Creche Nível I,II,II e Pré Nível I e II. Foi ampliando em 2010 no Ensino Fundamental, criança com 9 anos para formação básica, algo que está analisado. Nos turnos temos o matutino que consiste no Ensino Infantil e Fundamental e no vespertino o Ensino Médio e pela noite o pós-graduação.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pudemos observar que tem a intenção de construir uma prática pedagógica que contribua com a formação global do educando, promovendo o desenvolvimento competências e habilidades que proporcione aos educandos o desenvolvimento da autonomia, que pressupõe consciência, responsabilidade e o respeito as individualidades. Atuar com referência na educação de excelência proporcionando a formação integral do sujeito. Dentro dessa proposta pedagógica está convicção de solidariedade, assim como nossos hábitos de convivência diária, de luta e de trabalho representam formas de crescimento individual e coletivo dentro da instituição de ensino. As atribuições do projeto:

- I. Aprimorar o processo educativo pelo aperfeiçoamento constante do corpo docente e pelo acompanhamento da evolução dos métodos e processos pedagógicos;
- II. Aperfeiçoar o processo educativo da Escola, de modo a oferecer melhores condições na formação dos alunos;
- III. A avaliação consiste no processo de práticas educativas que possibilitem a formação global dos alunos, na busca de investigar os progressos e suas dificuldades;

- IV. O desenvolvimento da capacidade de aprender e de continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e adaptar-se e construir novas condições no aperfeiçoamento;
- V. A escola atende as necessidades do público alvo, com processo ensino-aprendizagem, buscando alternativas e práticas diversificadas no sentido de atender à diversidade de todos os alunos.

O Serviço de Psicologia é destinado a oferecer assistência conveniente ao educando, visando seu melhor ajustamento entre escola, família e comunidade. Dessa forma, realizar contatos e envolver a comunidade em seus anseios e interesses colaborando, no atendimento dos objetivos da escola, na integração do corpo docente para dirigir o processo educacional, no sentido de uma experiência real e significativa para o educando. Nessa perspectiva realizar reuniões com os professores, para estudos e debates ligados ao ensino-aprendizagem de cada aluno e observar o seu desenvolvimento quanto aos estudos.

Sobre a organização curricular:

Componente Curricular — Matutino (6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ano ensino médio)

- I. Língua Portuguesa
- II. Matemática
- III. Ciências
- IV. História
- V. Geografia
- VI. Inglês
- VII. Educação Física
- VIII. Artes
- IX. Filosofia
- X. Informática
- XI. Temas Transversais

Componente Curricular — Vespertino (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano)

- I. Educação Física
- II. Artes
- III. Geografia
- IV. Português
- V. Matemática
- VI. História
- VII. Ciências
- VIII. Inglês

Ensino Infantil Integral, tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social. Creche e Pré-Escola (1 a 5 anos).

#### 4.3 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

Para coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação participante, entrevista semiestrutura com a mãe do aluno, o questionário estruturado, o diário de campo e o registro fotográfico.

Os questionários são destinados a mãe do aluno Gabriel e a coordenadora e diretora do Colégio Conhecer. Essa aplicação de perguntas têm o objetivo de nos mostrar respostas que não conseguiremos identificar nas observações de campo. Além disso, um pouco de conhecimento dos anos que antecederam a chegada desse aluno ao ensino regular e a chegada na própria escola. Procurando conhecer o máximo das suas características, sua rotina e o restante de seu dia fora do ambiente escolar. Os roteiros de entrevista com os dados encontram-se nos APÊNDICES A,B,C.

Esses questionários também tem o objetivo de compreender a relação da professora e pedagoga com esse aluno autista. Se há uma troca de informações com os pais, o que esses profissionais fazem para melhorar o seu desenvolvimento, tanto o do aluno na escola. E procuramos saber o que pode ser feito para ajudar o desenvolvimento desse aluno nas aulas e no convívio com o próximo.

Segundo Amaro, Póvoa e Macedo (2004/2005, p.3):

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de

questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interação direta entre estes e os inquiridos.

Os resultados são apresentados de forma qualitativa. Onde mostraremos conceitos, ideias. E será capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente.

Esses mesmos resultados também serão apresentados com o auxílio do diário de campo. Onde será anotado todas as informações necessárias nessas aulas de Educação Física. Nessas anotações estarão: o comportamento do aluno, as formas da professora de trabalhar com esse aluno, e a possível inclusão e adaptações de atividades para o mesmo. Como os colegas lidam e socializam com o Gabriel, se procuram ajudá-lo, se há muita proximidade. Além dos limites e possibilidades desse aluno desenvolver as atividades nas aulas dessa disciplina.



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o período de um pouco mais de dois meses observando as aulas de Educação Física com a presença de um aluno autista, e mais outros meses pesquisando a respeito do tema, obtivemos vários resultados. Esses resultados vieram também a partir de questionários respondidos pela professora de Educação Física, a coordenadora e a diretora do Colégio Conhecer. Além da entrevista com a mãe do aluno em foco, o Gabriel.

Logo na primeira aula pudemos observar que o Gabriel é hiperativo, faz bastante movimentos com os pés quando está em pé ou até sentado na cadeira. Já mostrando algumas características do Autismo, publicadas por Léo Kanner em 1948.

Nas apresentações de trabalho e leituras do livro didático, o Gabriel mostrou outras características do Autismo, como dificuldade na fala, mostrando lentidão e errando palavras. Em outro instante, reproduzindo frases do conteúdo como se fosse um robô, numa fala rápida, de difícil compreensão, como se estivesse programado para aquilo.

Na primeira aula prática observada, o Gabriel já mostrou que gosta e se desenvolve bem em jogos cooperativos, onde mostrou-se liderança, disposição nas atividades e aumentando a sua autoestima. Já em jogos coletivos, como o voleibol, teve dificuldades no desenvolvimento de fundamentos, como manchete, toque e saque. São nesses jogos desportivos que podem acontecer a exclusão, que é o que diz (Maranhão, 2013), onde são bem menos favoráveis a pessoas com necessidades especiais, e que provavelmente irão ter um desempenho menor do que os outros colegas, que foi o que aconteceu com o Gabriel.

Nos movimentos de saque ou no arremesso da bola no jogo da queimada, Gabriel mostrou o que diz (Vatavuk, 1996), que pessoas autistas têm menos aptidões em relação a movimentos corporais. Foi o que pudemos observar, como força de apreensão nas mãos e pouca força em lançamentos. Identificamos nessas atividades, um pouco da falta de mobilidade nos ombros e braços que dificultaram o desenvolvimento do Gabriel.

Mesmo com as suas dificuldades, Gabriel participa das aulas práticas, mostrando ser um aluno persistente. Alguns fatores ajudam a sua inclusão nas aulas, como a sua adaptação ao Colégio Conhecer e a sua turma. Essa adaptação acontece

por o aluno estar nove anos nessa escola e por ter um bom tempo de convivência com os colegas e professores. Nas aulas observadas, em momento algum os colegas de sala desrespeitaram o Gabriel, sempre procuraram a incluir nas atividades, mostraram solidários e junto com a professora o incentivavam, tanto em leituras, apresentação de trabalho e atividades práticas.

Na entrevista concedida a nós, sua mãe diz que o seu início no ambiente escolar foi muito difícil, o que já era de se esperar. Quando Gabriel tinha dois anos, sua família decidiu mudar para a cidade de Araxá-MG, afim de poder ter facilidade e sucesso em descobrir o resultado dos seus exames, já que na cidade de São Mateus estava havendo muitas dificuldades. Sua mãe conta que a escola teve que se adaptar ao Gabriel. Seu tratamento começou desde cedo com neuropediatra, psicólogo, psicopedagoga, fonoaudióloga, e esses profissionais fizeram uma intervenção multidisciplinar, conversaram, foram até a escola para ajudar no que deveria ser modificado. Foi tirado um banheiro que tinha em sala de aula, tirado objetos que o distraíam, aumentaram as prateleiras, pois ele queria ficar escalando, não ficava parado, até influenciando outros colegas a fazerem o mesmo. Desde novo, mostrava hipersensibilidade, que também possa ser uma das características do autista. Gabriel fica muito incomodado com o barulho do sinal da escola, dos carros, de gritos, de choro. Então, sua mãe tinha que leva-lo dez minutos antes de todos os colegas e busca-lo dez minutos antes na saída, pois essa rotina escolar o estressava e ele não estava acostumado a isso.

Como características da maioria dos autistas, Gabriel sempre teve dificuldade em falar, e o que o ajudou a começar a falar, foi quando sua mãe começou a sair mais com ele, ir em várias locais, as pessoas perguntavam o seu nome, então o começo da interação. Além de deixá-lo a ser independente, como fosse escolher algum brinquedo na loja, sua mãe o deixava tentar se comunicar com os vendedores. Assim, com a sua melhora na fala, a família voltou a cidade de São Mateus e aos sete anos, Gabriel inicia seus estudos no Colégio Conhecer. Sua mãe conta que no começo a escola não estava preparada e os profissionais tiveram dificuldade em como iriam tratá-lo, mas com o tempo fora adquirindo conhecimento e o amadurecimento do Gabriel foi ajudando nesse processo.

A mãe diz que pediu para que a escola em Araxá retese o Gabriel por um ano por não ter acompanhado o nível de aprendizado dos colegas, e que o mesmo aconteceu no Colégio Conhecer. E mesmo hoje, com 15 anos, tem um perfil infantil,

gosta de brincar de LEG, montar guerrinha com bonecos, como uma criança de nove anos e o seu interesse é diferente dos colegas de sala de aula. E nesse começo de adaptação, Gabriel teve uma fase de nervosismo e os colegas ficavam assustados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termino desta pesquisa na qual tinha o objetivo geral de investigar como são desenvolvidas as aulas de Educação Física com a presença de um aluno autista, além de objetivos específicos como identificar os limites e as possibilidades desse aluno nas aulas dessa mesma disciplina, verificar a relação do professor com o aluno autista, e verificar as facilidades e dificuldades do professor durante essas aulas, concluímos que foi de ótimo proveito para o Trabalho de Conclusão de Curso- TCC e continuação da vida acadêmica.

As primeiras pesquisas nos ajudaram a conhecer mais sobre o Autismo, para que pudéssemos ir o mais preparado possível a campo. E nas primeiras observações já pudemos observar as características de uma pessoa autista, nos colocando de fato dentro das investigações. Cada dia de pesquisa aprendíamos mais e a cada observação nos mostrava o que tínhamos lido em artigos, dissertações, vistos em vídeos, enfim, um pouco da realidade do autista e a prática pedagógica em Educação Física.

Neste trabalho queremos mostrar que é sim possível a inclusão do aluno autista nas aulas de Educação Física, que como qualquer outra pessoa terá suas dificuldades, mas também suas facilidades, habilidades. E como uma aula pode mudar o dia do aluno, a semana, o mês. Pode melhorar o seu convívio com os colegas, aumentar a sua autoestima, proporcionando o aluno conhecimento, interação, e também dúvidas, que possa forçar a pesquisas, interesses em algo.

Está bem claro, que o professor de Educação Física é o principal sujeito para a inclusão do aluno autista em suas aulas. Logo, ele deve conhecer bem o aluno, ter bons planejamentos, ser incentivador, paciente, amoroso. Mostrar para o aluno que ele pode ser capaz, passar os seus conhecimentos da melhor forma possível. E para isso, o professor tem que estar capacitado, então é de total importância estudar, se possível fazer especialização, fazer cursos, conhecer sobre o assunto, pesquisar atividades novas que possam ajudar no desenvolvimento tanto do aluno, como para a aula.

Em nossa pesquisa, conseguimos observar que o aluno Gabriel participa de todas as aulas, todos o tratam bem. A professora sempre mostrou o seu papel de

liderança. Mostrou que tem um bom conhecimento do aluno, que sabe das suas dificuldades e da sua capacidade, e sempre sendo uma incentivadora do seu êxito. Os colegas também têm o papel fundamental, pois nessas aulas nunca o excluíram, nunca riram ou debocharam do Gabriel. Sempre mostraram ser uma sala unida, com um ambiente bom, cada um respeitando o espaço e as diferenças dos outros. Assim podendo ter boas aulas e um crescimento de todos.

Em nossas últimas observações, pudemos observar a evolução do Gabriel, como ele se sente bem em participar das aulas, como ele busca entender o desenvolvimento, mesmo com as suas limitações, mostrando felicidade, sorrindo, conversando mais, interagindo mais, estando mais próximo dos colegas e por muitos momentos nos fazendo esquecer que ele é um autista, pois no seu ritmo, ia surpreendendo.

E por fim, obtivemos importantes informações após entrevista com a mãe do Gabriel, onde ela relatou um pouco da vida do seu filho, do seu início escolar muito difícil, falando das suas características, dificuldades, mas que como mãe, nunca escondeu a síndrome, sempre apoiou o filho, batalhou e foi a principal pessoa em seu desenvolvimento e que hoje ele consegue ter um pouco de independência. E nos relatou o que mais nos deixou satisfeito, dizendo que o seu filho considera a Educação Física como a melhor disciplina. Porque é nessas aulas que ele pode brincar, se expressar, mostrar a todos as suas capacidades e que é um dos poucos momentos em que ele interage, conversa, realmente fazendo parte do coletivo e que são nessas aulas que ele considera os colegas de classe como amigos, pois há um contato maior e uma troca de experiências.

## 7 REFERÊNCIAS

ABREU, José Roberto Gonçalves. Inclusão na educação física escolar: abrindo novas trilhas. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ALVES, Márcia de Mesquita Cardoso, LISBOA, Denia de Oliveira, Lisboa Denise de Oliveira. **Autismo e Inclusão Escolar**. 2010. 15p.

AMARO, Ana; PÓVOA, Andreia; MACEDO, Lúcia. **Metodologia de investigação em Educação: A Arte de Fazer Questionários**, 2004/2005.

Asperger H. Die "Autistischen Psychopathen" in Kindesalter. Arch Psychiatr Nervenkr. 1944; 110:76-136.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL, **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Decreto no 3.298**, de 24 de outubro de 1989, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, Lei de Diretrizes operacionais para educação especial.

BRASIL, **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001, que promulga a convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.

BRASIL, **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: > [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192) < - Acesso em: 22 mar. 2016)

BRIDI, Fabiane Romano de Souza; FORTES, Caroline Corrêa; FILHO, César Augusto Bredi. **Educação e autismo**: as sutilezas e as possibilidades do processo inclusivo. Disponível em: > <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf> < Acesso em: 4 nov. 2010.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014. Disponível em: >

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm> <

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 2001, pag.68

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CP nº 4 de 2 outubro de 2009. **Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 2001, p.68

Dias, S. (2015, junho). **Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade**. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 18(2), 307-313.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. *Revista Contexto/Educação*, Ijuí, Unijuí, v. 7, s.d. 1987;7(2):19-24.

FERRAZ, Roselane Duarte. Os sujeitos considerados diferentes e o contexto educacional. Trabalho apresentado I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM. **“Infância e Práticas Educativas”**. Maringá, Arq Mudi. 11(Supl.2); 2007.

Fombonne E. Epidemiological studies of pervasive developmental disorders. In: Volkmar F, Paul R, Klin A, Cohen D, editors. *Handbook of autism and pervasive developmental disorders*. 3rd ed. New York: Wiley; 2005. Volume 1, Section I, Chapter 2, p. 42-69.

Fombonne, E. (2003). Epidemiological surveys of autism and other pervasive developmental disorders: an update. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 33,(4)365-382.

GAUDERER, C. Autismo, década de oitenta: informações sobre a doença para leigos- *Gazeta de Alagoas*, Rio de Janeiro, 1986.



GILBERG, C \_\_ infantile autism diagnosis and treatment. Acta Psychiat: scand, 81, 1990, p. 209-215.

KANNER, L. Child Psychiatry, 2.ed. Springfield: Charles C. Thomas, 1948.

Klin A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. 2006, pág 9.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Artmed, 1999.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

**Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência [recurso eletrônico]**. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação; n. 76).

MARANHÃO, Brenda Salenna da Silva, SOUSA Moises Simão Santa Rosa. **Educação Física, Transtorno do Espectro Autístico (TEA) e Inclusão Escolar: Revisão Bibliográfica**. 2012. 20p

MELO, K, G. **O processo de ensino-aprendizagem da criança com autismo, na sala do ensino regular: das concepções às práticas das suas professoras e profissionais de apoio**. (Dissertação). 2014. 213p

MORAES, Fabíola Ferreira Freire de; OLIVEIRA, Ingrid Suely Cardoso de Mello. **O autismo na perspectiva de uma educação inclusiva**. Belém: [s.n.], 2002.

OLIVEIRA, Elsa Raquel, A da Silva: **A inclusão de crianças autistas no pré-escolar atitudes dos Educadores**. 2012, 134p.

ORRÚ, S. E. Aprendizizes com autismo: Aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Brasil: Vozes. 2016. 248p. Disponível < [https://books.google.com.br/books?id=dT9QDQAAQBAJ&q=habilidades&dq=vygotsky++artigo+relacionado+ao+autismo&hl=pt-BR&source=gbs\\_word\\_cloud\\_r&cad=4#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=dT9QDQAAQBAJ&q=habilidades&dq=vygotsky++artigo+relacionado+ao+autismo&hl=pt-BR&source=gbs_word_cloud_r&cad=4#v=onepage&q&f=false)>.

RODRIGUES, Edileide Bonfim da Silva. "**Síndrome de Asperger: Percursos na Educação**". São Paulo, 2015. 11- 63p.

SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Schopler E, Mesibov GB, editors. High-functioning individuals with autism. New York: Plenum Press; c1992.

SIQUEIRA, Mônica Frigini. Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica / Mônica Frigini Siqueira. – 2011.129f.

TOMÉ, Maycon Cleber. **Educação Física como Auxiliar no Desenvolvimento Cognitivo e Corporal de Autistas** (artigo). 2007, pág 14-18.

TUSTIN, F. **Autismo e psicose infantil**. Rio de Janeiro: Imago; 1975. 205p

VATAVUK, Maria Alice de Castro. **Ensinando Educação Física e Indicando Exercícios em uma Situação Estruturada e em um Contexto Comunicativo: Foco na Integração Social** (Artigo). 1996

## 8 APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### QUESTIONÁRIO APLICADO A COORDENADORA

- 1- Para você, qual a importância da Educação Física no desenvolvimento do aluno? E o que pode ser mudado e melhorado para esse crescimento?
  
- 2- Você conversa com os pais do aluno autista sobre o desenvolvimento dele?
  
- 3- Ao seu ver, nesse período escolar, qual foi a maior evolução do aluno autista?
  
- 4- A professora de Educação Física conversa com você a respeito do aluno autista?
  
- 5- Você busca conversar com o aluno autista para saber como está sendo o desenvolvimento dele?

## **APÊNDICE B**

### **QUESTIONÁRIO APLICADO A DIRETORA**

- 1- Você conversa com a professora de Educação Física a respeito do desenvolvimento do aluno autista?
- 2- Qual o seu sentimento em ser diretora de uma escola na qual há inclusão de alunos com deficiência?
- 3- Para você, qual a importância da Educação Física no desenvolvimento do aluno autista? E o que pode ser mudado e melhorado para esse crescimento?
- 4- Ao seu ver, nesse período escolar, qual foi a maior evolução do aluno autista?
- 5- Você busca conversar com o aluno autista para saber como está sendo o desenvolvimento dele?

## APÊNDICE C

### Entrevista com a mãe sobre o cotidiano “Base”

- 1- Quando percebeu que seu filho era autista?
- 2- Como foi o início dele no ambiente escolar?
- 3- Quando ele começou a estudar no Colégio Conhecer?
- 4- Ele conta como foi o seu dia na escola? Se participou das aulas e se gostou?
- 5- Para você, qual a importância da Educação Física no desenvolvimento do seu filho? E o que pode ser mudado e melhorado para esse crescimento?
- 6- Tem o costume de conversar com membros da escola (como diretora, pedagoga, coordenadora e professores)?
- 7- Ao seu ver, nesse período escolar, qual foi a maior evolução do seu filho?
- 8- Quais as brincadeiras e jogos que ele mais gosta?
- 9- Para você, qual seria a maior dificuldade do seu filho na escola e nas aulas de Educação Física?
- 10- Ao observarmos que seu filho sempre está incluso nas aulas, sempre bem tratado por todos. Qual o seu sentimento sobre isso?

# Diário de Campo

Elaborado por:

Karla Cardoso Santos

Pedro Henrique Oliveira Profeta

## Dados de Identificação

### 1 Pesquisador (A)

- 1.1 Nome: Karla Cardoso Santos
- 1.2 Curso: Educação Física
- 1.3 Turma: 7º período
- 1.4 Endereço: Avenida José Tozzi – Nº 1179
- 1.5 Município e Estado: São Mateus - ES
- 1.6 CEP: 29933-565
- 1.7 Telefone(s): (27) 99648-0874
- 1.8 E-mail: comerciok@gmail.com

### 2 Pesquisador (A)

- 2.1 Nome: Pedro Henrique Oliveira Profeta
- 2.2 Curso: Educação Física
- 2.3 Turma: 7º período
- 2.4 Endereço: Rua 26 de Maio, número 343
- 2.5 Município e Estado: Conceição da Barra-ES
- 2.6 CEP: 29960-000
- 2.1 Telefone (s): (27) 99962-7948
- 2.2 E-mail: pedrohprofeta@hotmail.com

### **3 Local da Pesquisa**

- 3.1 Nome: Colégio “Conhecer”
- 3.2 Endereço: Avenida Mateus Cunha Fundação 495, Bairro Dom José Dalvit
- 3.3 Município e Estado: São Mateus - ES
- 3.4 Fone: (27)
- 3.5 E-mail:
- 3.6 Turma a ser pesquisada: 8º ano – fundamental II.

### **4 Dados institucionais**

- 4.1 Coordenador do curso: Prof.Me. José Roberto Gonçalves de Abreu Junior
- 4.2 Professor orientador: Prof.Me. José Roberto Gonçalves de Abreu Junior
- 4.3 Data de início e término: 03/04/18 -

## Conteúdo do Diário

O diário de campo consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual do profissional e do aluno, fundamentam suas teorias e práticas, buscando relacionar com as vivências no cotidiano profissional. Desse modo, deve ser usado diariamente para garantir a maior sistematização e detalhamento possível de todas as situações ocorridas no dia e das entrelinhas nas falas dos sujeitos durante a intervenção (FALKEMBACH, 1987).

No entanto, descrevemos todas as observações feitas no processo da pesquisa, bem como, observar o aluno com Autismo no decorrer de todo processo de análise nas aulas de Educação Física, visualizando suas dificuldades e facilidades na execução dos movimentos propostos nas aulas práticas como também teóricas.

No dia 03 de abril de 2018, fomos ao Colégio Conhecer para o nosso primeiro dia de observação no campo. Inicialmente, a professora Andreia nos apresentou a turma do 8º ano, falando que estaríamos presentes nas aulas de Educação Física com o objetivo de observações. E nos passou o planejamento das aulas próximas a data. Nesse mesmo dia, a professora fez a chamada e depois levou os alunos para o Laboratório de informática. Foi desenvolvida atividade a respeito de doenças relacionadas a alimentação, onde os alunos pesquisaram e começaram a fazer cartazes. O aluno “Gabriel” (aluno autista observado): não se comunicou tanto com o seu grupo, com pouca participação no trabalho. Ficou o tempo todo em pé, sendo que nos últimos minutos ficou andando de um lado para o outro. E quando passou, cumprimentou com um “oi, tio! ”.

### **Dia 05 de Abril de 2018 (AULA 2)**

Nessa aula foi apresentado os trabalhos produzidos no laboratório de informática. O grupo do aluno “Gabriel” apresentou cujo o tema era “anorexia”. Na hora da apresentação, o aluno “Gabriel” ficou fazendo movimentos repetitivos com os pés. No começo, falou lentamente. Depois já teve uma fala natural, com a certeza do que estava apresentando, como se estivesse tudo gravado e fosse um “robô” programado para isso. Após a apresentação do grupo, a professora fez algumas perguntas. O aluno em foco foi o que mais respondeu, mas as vezes fugindo um pouco do assunto. Pudemos observar que a mesa e a cadeira do aluno “Gabriel” é



diferenciada dos outros alunos, sendo maior. Na apresentação dos outros grupos ficou o tempo todo escrevendo no caderno, concentrado no que estava fazendo, como se não estivesse na sala. E fez uma pergunta ao um grupo que estava apresentando.

### **Dia 09 de Abril de 2018 (AULA 3)**

A aula foi na sala, onde houve leitura do livro didático com o conteúdo de atividades físicas, suplementos, anabolizantes e possíveis problemas. Cada aluno leu um parágrafo até chegar na sua vez de novo. Na sua vez, o aluno “Gabriel” leu com dificuldades, errando algumas palavras, percebendo esses erros, diminuiu o tom de voz. E falou “parece que quando eu leio alto, eu erro”.

### **Dia 03 de Maio de 2018 (AULA 4)**

A aula foi realizada na quadra da escola. Foi aplicado a atividade cooperativa do “Voleiçol” pelo estagiário Edson Silva, que está atuando no Colégio. Foram divididos duas equipes. O aluno “Gabriel” participou normalmente da atividade; mostrou-se o tempo todo alegre. Usou bem o cognitivo e a parte motora nas situações de jogo. Foi participativo com a equipe, algumas vezes mostrando liderança e comemorou alguns pontos.



### **Dia 08 de Maio de 2018 (AULA 5)**

Aula realizada na quadra da escola, onde houve jogo cooperativo com circuitos de bambolês. Esses circuitos foram individuais, em duplas e em trios. O aluno “Gabriel” participou de todas as dinâmicas. E ao final da aula disse que gosta de praticar a “Esgrima”, e que brinca com os amigos do quarteirão onde mora.

### **Dia 10 de Maio de 2018 (AULA 6)**

Primeiramente em sala de aula, a professora disse a turma o que seria produzido na aula. Foi realizada no laboratório de informática. Onde cada grupo pesquisou características de danças de um país no qual apresentaria em um evento da escola. Sendo um país que participará da Copa do Mundo de Futebol 2018. O aluno “Gabriel” mostrou-se participativo, numa maior parte da aula sentado e ajudando o grupo.

### **Dia 24 de Maio de 2018 (AULA 7)**

Em sala de aula, a professora falou sobre o trabalho que estavam desenvolvendo durante as aulas, que será apresentado na “Feira das Nações”. Após isso, houve o ensaio de danças das apresentações. Na hora tinha alguns alunos de outras salas na quadra, pois estavam com aula vaga e estavam atrapalhando o ensaio. E no final, a Karla (uma das pesquisadoras) ouviu alguns alunos chamando o aluno “Gabriel” por apelido. E ele então, respondeu “esse não é o meu nome” e se fechou. Ela pediu que o tratassem com respeito e que os alunos se retirassem da quadra, pois não eram alunos da professora Bruna e estavam atrapalhando o ensaio.

### **Dia 29 de Maio de 2018 (AULA 8)**

Nesse dia, enquanto a professora Andreia ensaiava os alunos a dança que futuramente seria apresentada no evento da escola, relacionado a Copa do Mundo de Futebol, o estagiário Edson Silva aplicou a atividade de “Volençol” para alguns meninos na rede montada no pátio da escola. O aluno Gabriel se desenvolveu bem, já tinha participado em outra aula e não era novidade. Já na outra parte da aula, foi aplicada o Voleibol, com quatro alunos em cada time, o Gabriel teve algumas dificuldades, como defender de manchete, fazer o levantamento de toque. Nesses

dois fundamentos, ele acabou fugindo das regras, porém o estagiário deixou ele fazer do jeito que conseguia e em nenhum momento os colegas riram e nem questionaram. Ao contrário, apoiaram e sabiam das dificuldades. O Gabriel também não conseguiu efetuar o saque, mesmo de forma mais simples. O estagiário pediu que ele repetisse, chegou perto, explicou a melhor forma da execução, porém faltou um pouco de força para a bola passar para o outro lado. Gabriel em momento algum desistiu de jogar, sempre mostrou participativo, se esforço e estava alegre em participar da aula.



### **Dia 05 de Junho de 2018 (AULA 9)**

Nessa data, a aula aconteceu no pátio da escola. E foi aplicada pelo graduando em Educação Física, Gean Dias, que está realizando matérias de estágios da Faculdade Vale do Cricaré, enquanto a professora Bruna e o estagiário Edson Silva estavam com outros alunos na quadra, no ensaio da dança. Primeiramente, foi dividido duas equipes e a primeira atividade cada um da equipe deveria correr e pegar um cone médio antes do adversário. Nas duas primeiras rodadas, o aluno Gabriel apenas encostou no cone e não pegou, pois não tinha entendido direito a atividade. Logo após essas rodadas, ele conseguiu chegar primeiro que o adversário pegando o cone e comemorando bastante. A segunda e a terceira atividades eram relacionadas a queimada, onde o Gabriel foi muito bem desviando das bolas que os colegas arremessavam. Mas na hora dele arremessar faltava um pouco de força, entretanto conseguiu queimar alguns colegas. O aluno mostrou inteligência no jogo, e o seu maior momento de felicidade era desviar das bolas.





### **Dia 07 de Junho de 2018 (AULA 10)**

Nesse dia, a aula foi aplicada pelos graduandos em Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, Gean Dias e Eloá Oliveira, no pátio da escola. Enquanto a professora Andreia e o estagiário Edson estavam na quadra, no ensaio da dança. A primeira atividade, chamada de “Litrobol”, cada aluno tinha que defender a sua garrafa pet e teria que derrubar a do colega com uma das quatro bolas de futsal que tinham no jogo e só poderia derrubar chutando. O Gabriel seguiu sua estratégia de quase não sair de perto da garrafa. No começo defendeu bem, mas quando correu atrás da bola derrubaram a sua garrafa. Depois houve variações, acrescentando duas bolas de handebol (onde só poderia jogar com as mãos) e tirando duas de futsal. A atividade rolou por um bom tempo, quando a garrafa caía podia levantar, assim não tendo um vencedor. O Gabriel mesmo com um pouco de dificuldade correu atrás da bola, conduziu com o pé, chutou, tentou derrubar as garrafas dos colegas. Mostrou-se o seu lado competitivo, se esforçando bastante. Após essa atividade, houve outra em duplas, onde cada dupla deveria defender a sua garrafa, derrubar as dos colegas e em todos os momentos tinham que estar de mãos dadas. E por último houve o famoso jogo de “travinha”, com cinco em cada lado. Gabriel no começo demorou um pouco a saber quem era o seu time, mas logo depois mostrou noção de posicionamento, pediu a bola várias vezes, tentou defender e na hora do passe, tocou com o “bico” do

pé na bola, possivelmente que não tenha executado outras vezes o passe com a parte interna do pé, conhecido como “passe de lado”. Nessa aula, já foi notado uma melhora no desenvolvimento do Gabriel, a sua vontade de participar e o prazer que estava tendo.





## Dia 12 de Junho de 2018 (AULA 11)

A aula foi aplicada pela professora Bruna com o auxílio do estagiário Edson Silva e foi realizada na quadra da escola. O plano de aula foi circuitos, onde a professora marcava o tempo em cada estação, no total de sete estações. Na primeira estação, o Tiago fez corretamente, mesmo indo um pouco mais lento do que os colegas. Fez “pulinho chinelo”; na estação de “suicídio” sempre acompanhava os colegas, porque as vezes parecia um pouco perdido, mas sempre sorrindo e mostrando que estava com o corpo leve. A estação que ele mais se divertiu foi a do “zig-zag”, mostrando tranquilidade, felicidade e se deixasse ficaria ali por mais tempo. E pudemos observar que ele não abria muito os braços, deixava bem próximo ao corpo. Obedecia ao som do apito e as vezes “brigava” com os colegas que começavam a estação antes do comando da professora.







### **Dia 14 de Junho de 2018 (AULA 12)**

Na aula desse dia foi aplicado a “queimada adaptada” onde a sala foi dividida em duas equipes e por fim iniciado a partida. A professora iniciou a partida com 2 bolas e cada jogada e acerto no colega de turma, ficava na lateral da quadra esperando que um colega de sua equipe o salvasse. Foi então que ela começou a dificultar lançando mais bolas para a quadra, a princípio eram duas bolas e no decorrer do jogo ficou 4 bolas a serem arremessadas contra a equipe. O Aluno Gabriel procurando sempre orientar sua equipe dizendo “Queima quem você acha que é mais fácil, não queima fulano porque é mais difícil”, foi nesse momento que os colegas de equipe mudaram os arremessos. Em outro momento Gabriel disse “ainda bem que ninguém quer me queimar”, um colega de turma disse — “Você está desviando bem, Gabriel, por isso não conseguir te queimar” — e o Gabriel riu. A prática foi vista como uma interação e sem desconforto tanto para o Gabriel, quanto para os colegas de equipe, uma aula que foi bem divertida e que todos gostaram e não queriam que acabasse, por fim foi falado por um aluno da turma “as aulas deveriam ser todas assim né Gabriel?” Ele respondeu — Sim, a aula foi bem legal hoje.

## ANEXOS

ANEXO E: Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

Art. 11. A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução.

Parágrafo único. Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais.

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.